



# O dilema do Leste Asiático: contradições e possibilidades na Nova Guerra Fria



Dossiê nº 101  
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
Junho de 2026

As imagens deste dossiê, editadas pelo departamento de arte do Instituto Tricontinental, destacam o trabalho de Kinjo Minoru, um escultor okinawano que homenageia as gerações que resistiram à guerra e à ocupação. Durante décadas, Kinjo esculpiu as atrocidades cometidas durante e após a Guerra Mundial Antifascista (amplamente conhecida como Segunda Guerra Mundial). Kinjo trabalha com concreto, gesso e metal – os mesmos materiais que agora estão sendo usados em Okinawa para construir mais uma base militar estadunidense. Em Okinawa – hoje uma linha de frente da Nova Guerra Fria – as esculturas de Kinjo representam memória e refutação material: uma história áspera e pesada que se recusa a ser suavizada.\*

---

\* Embora Okinawa represente apenas 0,6% da área territorial do Japão, abriga cerca de 70% de todas as instalações militares estadunidenses no país. Leia mais sobre Kinjo e a história de Okinawa em nosso boletim de arte n. 26 (abril de 2026), “Não se pode engolir uma agulha, por menor que seja: o escultor da resistência de Okinawa” <https://thetricontinental.org/pt-pt/boletim-arte-escultor-resistencia-okinawa/>



# O dilema do Leste Asiático: contradições e possibilidades na Nova Guerra Fria

Dossiê n° 101

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Basta de Guerra Fria, Centro  
de Estratégia Internacional e Assembleia Internacional dos Povos

Junho de 2026

Quando os Estados Unidos e Israel iniciaram sua guerra ilegal de agressão contra o Irã em 28 de fevereiro de 2026, era inevitável que o Irã retaliasse restringindo o tráfego pelo Estreito de Ormuz. Embora o país nunca tenha fechado ou limitado a circulação pelo estreito anteriormente, o governo de Teerã deixou claro que a geografia do estreito passaria a fazer parte de sua estratégia defensiva caso fosse provocado. Para as nações da Ásia, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Malaca são rotas vitais — pontos de controle — para o fluxo de mercadorias, especialmente energia. Cerca de 90% do petróleo do Japão e 75% do da Coreia do Sul passam pelo estreito. Qualquer lentidão no estreito afeta drasticamente as economias industriais do Leste Asiático, que consomem muita energia. Do ponto de vista econômico, a guerra dos EUA e de Israel contra o Irã é também uma guerra contra os interesses do Japão e da Coreia do Sul — e, na verdade, de todos os países asiáticos que dependem do petróleo do Golfo Pérsico. Apesar disso, muitos países asiáticos mantiveram silêncio diplomático ou, como no caso do Japão e da Coreia do Sul, apoiaram abertamente os Estados Unidos.

Países como o Japão e a Coreia do Sul alinham-se com os Estados Unidos contra seus próprios interesses econômicos porque foram integrados à estrutura militar estadunidense após o fim da Guerra Mundial Antifascista (amplamente conhecida como Segunda Guerra Mundial) (Instituto Tricontinental, 2025). A presença contínua de enormes bases militares estadunidenses nesses países acaba por arrastá-los inexoravelmente para as guerras intermináveis dos Estados Unidos. Esses países não podem romper com os EUA na questão da guerra contra o Irã enquanto estiverem militarmente subordinados a ele.

O principal alvo militar dos EUA na Ásia não é o Irã, mas a China, que é um dos principais parceiros comerciais do Japão, da Coreia do Sul, das Filipinas, de Taiwan e da maioria dos outros países asiáticos. Dado o papel central da China nas cadeias industriais da região, qualquer ação hostil contra o país perturbaria todo o paradigma de desenvolvimento do Leste Asiático. Em contrapartida, os Estados Unidos continuam sendo o principal patrocinador militar do Japão, da Coreia do Sul, das Filipinas e de Taiwan, além de constituírem um importante mercado de exportação para vários desses países. Isso coloca essas economias em uma *situação delicada*: elas não conseguem romper facilmente com sua dependência militar e financeira dos EUA, nem com sua relação econômica vital com a China — a nova fábrica do mundo.

Em *O dilema da Ásia Oriental: contradições e possibilidades na Nova Guerra Fria*, analisamos como o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas e Taiwan se encontram presos em uma contradição intransponível que persiste independentemente das mudanças no governo. Embora nosso foco seja o Leste Asiático, também analisamos brevemente o papel de países como a Austrália e a Índia neste contexto. As contradições exploradas neste dossiê são principalmente de natureza econômica e geopolítica; no entanto, elas oferecem possibilidades para impulsionar a luta de classes nessas sociedades, ao revelarem a necessidade de romper com as alianças subordinadas ao imperialismo.



## O Leste Asiático e o papel da China

Nos últimos trinta anos, o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas e Taiwan passaram por uma mudança radical em seus padrões comerciais e trajetórias de desenvolvimento (Glawe; Wagner, 2021; Asian Development Bank, 2025). Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos foram o principal pilar da ordem econômica da região, seguidos pelo Japão no final do século XX (Chalmers, 1982; Aoki, 1995). Hoje, o novo centro de gravidade é a China, que desempenha um papel central — embora desigual — nessas economias. Embora cada um tenha seu próprio modelo de desenvolvimento e relação política com Beijing, os quatro estão profundamente integrados a uma rede de produção na qual a China atua como centro de manufatura, âncora da cadeia de suprimentos e principal mercado.

Estudos realizados pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento demonstraram claramente a importância econômica da China no Leste Asiático (Asian Development Bank, 2025). A China é o maior parceiro comercial do Japão e da Coreia do Sul, respondendo por cerca de 20% a 25% das exportações de cada um desses países. A relação de Taiwan é ainda mais forte, com 30% a 40% de suas exportações destinadas à China. As Filipinas estão menos integradas, mas a China continua figurando entre seus principais parceiros comerciais, absorvendo cerca de 15% a 20% de suas exportações. Esses números indicam que uma parcela significativa da atividade econômica do Leste Asiático está diretamente ligada à demanda das indústrias chinesas (Yifu, 2012).

Quando analisada em relação à produção econômica global, a importância da China torna-se ainda mais evidente. O comércio com a China, ou seja, o total das exportações para o país, representa um décimo do Produto Interno Bruto (PIB) da Coreia do Sul. Um quarto do PIB de Taiwan está ligado ao comércio com a China continental. O Japão, cuja economia é muito mais voltada para o mercado interno, tem, no entanto, 5% do seu PIB vinculado às exportações para a China (aproximadamente a mesma porcentagem do seu PIB está vinculada aos EUA, o que inclui o impacto econômico das 120 instalações militares estadunidenses no Japão). Embora as Filipinas sejam um país menos dependente das exportações, cerca de 6% do seu PIB está ligado às exportações para a China (Comtrade, s.d.). A vitalidade da economia chinesa está, portanto, diretamente ligada aos níveis de produção, emprego e investimento em todo o Leste Asiático.

Na cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) de 2011, realizada em Bali, na Indonésia, os Estados-membros discutiram a necessidade de criar um enquadramento regional para a integração econômica. Essas discussões acabaram por conduzir à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), um acordo comercial assinado em 2020 e que entrou em vigor em janeiro de 2022. A RCEP representa cerca de 30% da população mundial e 30% do PIB global. Abrangendo economias que vão da Nova Zelândia ao Japão, o bloco reúne uma variedade de setores, da mineração à alta tecnologia, e um mercado de 2,2 bilhões de consumidores. Os signatários concordaram em reduzir ou eliminar 92% das tarifas ao longo de vinte anos. O Japão, a Coreia do Sul e as Filipinas fazem parte da RCEP, que reforça os fluxos comerciais e formaliza

o espaço econômico interconectado no qual a China é a maior economia (Cheng, 2023).

Por trás dos dados comerciais agregados, a estrutura da produção reforça ainda mais essa integração. A China não é apenas um mercado de destino, mas também um nó central nas cadeias industriais regionais e globais, na qualidade de grande consumidora e produtora de bens intermediários. Empresas japonesas e sul-coreanas exportam componentes de alto valor — como máquinas e peças automotivas, produtos petroquímicos e semicondutores — que muitas vezes são montados ou processados na China antes de serem exportados globalmente. A indústria de semicondutores de Taiwan está intimamente ligada à indústria manufatureira chinesa, já que os *chips* produzidos em Taiwan são frequentemente enviados para a China para serem incorporados em produtos eletrônicos acabados (Tinn, 2025; Sinha, 2026). Essas estruturas de produção integradas geraram interdependências setoriais. A indústria de semicondutores da Coreia do Sul — liderada por empresas como a Samsung Electronics e a SK Hynix — depende da demanda da indústria eletrônica chinesa. Os setores automotivo e de maquinário do Japão — liderados por empresas como Toyota, Honda, Nissan, Mazda, Komatsu, Hitachi e Mitsubishi — dependem dos consumidores chineses e das redes de produção do país.

Em conjunto, essas ligações comerciais e de produção mostram que todas as quatro economias estão estruturalmente ligadas à China, embora o grau de integração varie (sendo mais elevado em Taiwan e na Coreia do Sul e mais moderado no Japão e nas Filipinas). Isso

gera tanto oportunidades de crescimento quanto pontos vulneráveis, à medida que a pressão dos EUA sobre a China se reflete em toda a região.

## A rede de bases militares dos EUA

Na última década, os Estados Unidos consolidaram uma estratégia militar coerente com o objetivo de cercar a China. Essa “estratégia de negação” foi formalizada em sucessivos documentos da Estratégia de Defesa Nacional dos EUA e exposta de forma proeminente no livro de Elbridge A. Colby, de 2021, intitulado *The Strategy of Denial: American Defense in an Age of Great Power Conflict*. Colby liderou a elaboração da Estratégia de Defesa Nacional de 2018 enquanto subsecretário adjunto de Defesa para Estratégia e Desenvolvimento de Forças durante o primeiro mandato de Trump e é, atualmente, subsecretário de Guerra para Políticas dos Estados Unidos, além de ser um dos principais estrategistas por trás da abordagem do governo Trump em relação à China (Colby, 2021). No cerne da estratégia de negação está a ideia de que o Indo-Pacífico — que se estende da África Oriental até a costa oeste dos Estados Unidos e abrange os oceanos Índico e Pacífico — é a região economicamente mais importante do mundo. Os interesses estratégicos dos EUA dependem de impedir que a China suplante a primazia estadunidense na região do Indo-Pacífico. A estratégia se baseia na dissuasão por meio da superioridade militar e da coordenação entre aliados, que foi institucionalizada por meio do Diálogo Quadrilateral de Segurança, ou

Quad, que reúne Austrália, Índia, Japão e Estados Unidos (2017); do AUKUS, a parceria trilateral de segurança entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos (2021); da Iniciativa de Dissuasão do Pacífico, um quadro de financiamento militar e postura de forças dos EUA para a região Indo-Pacífico (2021); e do Acordo Trilateral EUA-Japão-Coreia do Sul (2023) (Fernandes, 2022; Fowler, 2024; Wagner; Song, 2023).

Em vez de um confronto direto, como no caso do Irã, os EUA buscam elevar os custos de defesa da China a um nível inaceitável, fortalecendo o sistema de alianças baseado em Washington e o posicionamento avançado das bases militares americanas. Atualmente, existem cerca de 270 instalações militares dos EUA, que se estendem desde Diego Garcia, no Arquipélago de Chagos, até Guam. No cerne dessa estratégia está a convicção de Washington de que uma capacidade militar confiável dos EUA pode limitar as opções estratégicas da China, ao mesmo tempo que preserva uma ordem regional liderada pelos EUA e continua aproveitando o papel da China como motor econômico da região.

Taiwan ocupa um lugar fundamental nesse enquadramento estadunidense (Zhao; Yang, 2024). Em 1º de janeiro de 1979, os Estados Unidos reconheceram formalmente a República Popular da China e aceitaram a posição de Beijing de que existe uma “China Única”, da qual Taiwan faz parte. No entanto, em 10 de abril de 1979, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Lei de Relações com Taiwan, que estabeleceu a base jurídica para que Washington mantivesse relações não oficiais com Taiwan. Isso permitiu que os EUA adotassem uma postura ambígua, reconhecendo formalmente

o princípio de “Uma China”, ao mesmo tempo que provocavam Beijing por meio da venda de armas a Taiwan e mantinham laços econômicos e culturais diretos com Taipei. Desde 1950, os Estados Unidos venderam a Taiwan quase 50 bilhões de dólares em equipamentos e serviços de defesa (Council on Foreign Relations, 2023). Para os EUA, a questão do *status* de Taiwan não é apenas política, mas também estratégica, pois a reunificação de Taiwan com o continente proporcionaria à China um acesso significativamente maior ao Oceano Pacífico. Para Washington, Taiwan funciona como um instrumento para pressionar Beijing e conter a China.

A estratégia de contenção dos EUA está organizada geograficamente por meio de um sistema de cerco que começa com a primeira cadeia de ilhas (um arco de ilhas que se estende do Japão às Filipinas e funciona como uma barreira ao acesso da China ao Oceano Pacífico). Isso se estende à “profundidade do cerco” mais ampla que abrange Diego Garcia, o Sri Lanka e as bases estadunidenses na região do Golfo Pérsico.<sup>1</sup> Os Estados Unidos desenvolveram uma rede de bases e acordos de acesso ao longo dessa cadeia para controlar pontos-chave e rotas marítimas, restringindo a mobilidade militar chinesa. Essa estratégia de cerco inclui não apenas grandes instalações militares permanentes (como as do Japão e da Coreia do Sul), mas também, cada vez mais, uma rede dispersa de bases menores e mais flexíveis espalhadas pelos oceanos Pacífico e Índico, destinadas a reforçar a resiliência militar. As bases estão integradas a sistemas de vigilância, inteligência e mísseis que permitem

---

1 Sobre o papel do Sri Lanka no epicentro da estratégia indo-pacífica dos EUA, ver Illanperuma, 2024. Sobre Diego Garcia, ver Sands, 2022.

o monitoramento e uma resposta rápida. Em conjunto, essa rede militar constitui um sistema estruturado de contenção. Embora os documentos de segurança nacional dos EUA apresentem isso como dissuasão defensiva, o posicionamento efetivo das forças estadunidenses ao longo da fronteira com a China *gera* tensões, em vez de *resolvê-las*.

O quadro estratégico dos EUA de contenção e cerco tem sido posto em prática por meio de uma expansão contínua das capacidades militares e da infraestrutura dos EUA no Leste Asiático, especialmente nas últimas duas décadas e com intensidade crescente desde 2020. Os EUA também têm financiado exercícios militares em grande escala, como o Exercício Balikatan (com as Filipinas), o Exercício Malabar (com a Austrália, a Índia e o Japão) e o Exercício Talisman Sabre (com a Austrália). Esses esforços são elaborados de forma a melhorar a interoperabilidade militar e transformar os aliados dos EUA de parceiros regionais em participantes de primeira linha na contenção da China.

Um dos marcos mais recentes promovidos pelos EUA é a Iniciativa de Dissuasão do Pacífico (PDI, na sigla em inglês), estabelecida pela Lei de Autorização de Defesa Nacional dos EUA de 2021 (Prashad *et al.*, 2022). A PDI garante financiamento específico para o envio de forças, infraestrutura de bases, defesa antimísseis e exercícios conjuntos com aliados dos EUA, como Japão, Coreia do Sul e Filipinas. No Japão, a PDI garantiu melhorias na defesa antimísseis e nas forças de mobilização rápida. Na Coreia do Sul, ela possibilitou a realização de exercícios conjuntos, enquanto nas Filipinas permitiu a modernização das bases estadunidenses e dos sistemas de vigilância.



A PDI também sustenta a integração e a implantação de sistemas de mísseis de precisão de longo alcance em toda a região do Indo-Pacífico. Isso inclui o reforço das capacidades de defesa aérea e anti-mísseis que foram implementadas em bases militares dos EUA em locais como Guam e as Ilhas Marianas, bem como na Base Aérea de Basa, nas Filipinas (para a qual o governo dos EUA destinou cerca de 66 milhões de dólares em 2023) (Heydarian, 2023). A PDI garante sistemas de inteligência, vigilância e reconhecimento que aprimoram o monitoramento das atividades militares na região e possibilitam o que é conhecido como “ataques de precisão” — a identificação rápida e o ataque preciso de alvos militares.

Esses acontecimentos transformaram países como o Japão, a Coreia do Sul e as Filipinas em plataformas operacionais avançadas para a agressão dos EUA.

## **Semeando o conflito: contradições de classe e os limites da democracia**

A estratégia de contenção dos EUA depende não apenas da integração militar, mas também do alinhamento das classes dominantes ao longo da primeira cadeia de ilhas em uma postura coordenada contra a China — particularmente no Japão, em Taiwan e nas Filipinas, e, de forma mais ampla, na vizinha Coreia do Sul. Essa aliança reflete os interesses das elites industriais, militares e políticas nacionais ligadas ao poder dos Estados Unidos. Em todo o Japão,

Coreia do Sul, Filipinas e Taiwan, o aprofundamento da integração militar com os EUA agrava as contradições de classe existentes e expõe as limitações dos sistemas eleitorais. Embora isso gere resistência da base, esses sistemas políticos são concebidos para impedir o crescimento de qualquer força que seja contrária à intervenção dos EUA. Além disso, cada uma dessas sociedades carrega as marcas da Guerra Mundial Antifascista e da presença militar estadunidense no pós-guerra, incluindo bases militares que hoje parecem permanentes — uma experiência que continua definindo a visão política desses “Estados clientes”.<sup>2</sup>

## *Japão*

O sistema político japonês do pós-guerra tem sido dominado pelo Partido Liberal Democrático (PLD), uma formação política de direita a extrema direita com laços estreitos com o Estado e o capital dos Estados Unidos. Embora seja formalmente democrático, o sistema político do Japão é, na prática, dominado por um único partido, com o PLD no poder durante todos os anos, exceto quatro, desde sua fundação em 1955. Embora o artigo 9 da Constituição japonesa de 1947, por vezes denominado “cláusula pacifista”, proíba o reforço militar para além da defesa mínima, a direita política tem defendido a sua revogação desde o mandato do primeiro-ministro Nobusuke Kishi (1957-1960). Em 2014, durante o mandato do neto de Kishi, Shinzō Abe (2012-2020), o artigo 9 foi reinterpretado para permitir a “autodefesa coletiva”, possibilitando a expansão dos gastos militares

---

2 Estamos seguindo a narrativa apresentada por McCormack, 2007.

japoneses — que aumentaram significativamente desde 2022, sob os mandatos dos primeiros-ministros Fumio Kishida, Shigeru Ishiba e Sanae Takaichi. Entre 2023 e 2024, os gastos militares do Japão aumentaram 21%, representando 1,4% do PIB do país (Sipri, 2025). Em abril de 2026, sob o governo de Takaichi, o Japão suspendeu a proibição da exportação de armas letais, que havia sido instituída com base na lógica de que um país pacifista não deveria lucrar com as guerras.

A contradição entre o aumento dos gastos militares e as demandas democráticas para que a riqueza do Japão seja investida em necessidades sociais — exemplificada pelos protestos contra as bases militares em regiões mais pobres, como Okinawa — revela as limitações da democracia formal do país. A sociedade japonesa continua subordinada às prioridades militares definidas por uma elite interna permanente alinhada com os Estados Unidos.

A construção de uma nova base do Corpo de Fuzileiros Navais na área da Baía de Henoko-Oura, em Okinawa, destinada a substituir a Base Aérea de Futenma — há muito criticada por estar localizada no meio da densamente povoada Ginowan —, tem enfrentado oposição contínua desde 1996. Em 2018, Denny Tamaki foi eleito governador de Okinawa com uma plataforma contrária à base; em um referendo provincial realizado em 2019, 70% dos votantes se opuseram à sua construção. Apesar desses mandatos democráticos e de décadas de contestação judicial, o governo central do Japão prossegue com as operações de aterro que estão destruindo os ecossistemas de corais da Baía de Oura em nome das Forças Armadas dos Estados Unidos (Mitchell, 2026). Organizações como o Conselho de Toda

Okinawa contra a Construção da Nova Base em Henoko, o Centro do Movimento pela Paz de Okinawa, o Projeto de Justiça Ambiental de Okinawa e os manifestantes do acampamento de Henoko — que mantêm uma resistência diária há mais de duas décadas — representam uma política que vincula a luta local a questões mais amplas de imperialismo e autodeterminação (McCormack, 2018).

### *Coreia do Sul*

A história política da Coreia do Sul é marcada por uma intensa luta de classes. Nascida em meio à Guerra da Coreia, que teve início em 1950 e permanece formalmente sem solução — uma vez que o armistício de 1953 não resultou em um tratado de paz —, a Coreia do Sul tem sido tratada pelos Estados Unidos como uma base militar e um baluarte econômico contra o comunismo. Embora o país tenha sido governado por governos pró-EUA, incluindo uma ditadura militar de 1967 a 1988, seu sistema político tem se mostrado mais dinâmico do que o do Japão: nenhum partido isolado governou de forma ininterrupta. No entanto, os governos eleitos, tanto conservadores quanto liberais, continuam estruturalmente dependentes dos Estados Unidos. Essa dinâmica se evidenciou tanto durante o governo de Yoon Suk-yeol, um conservador fortemente alinhado com os Estados Unidos e os *chaebols* (conglomerados sul-coreanos), quanto durante o governo de Moon Jae-in, um liberal que buscava uma autonomia limitada, mas continuava vinculado ao capital orientado para a exportação e aos *chaebols*. De fato, em 2018, durante a presidência liberal de Moon Jae-in, os gastos militares da Coreia do Sul subiram para 2,5% do PIB, estabelecendo um patamar que

os orçamentos anuais subsequentes continuaram buscando (subindo para 2,6% em 2022) (World Bank, s.d.).

Desde meados da década de 2010, a Coreia do Sul tem vivenciado uma onda de lutas democráticas, que vão da Revolução das Velas ou *Chot-bul Hyuk-myung* (2016-2017), que destituiu a presidenta Park Geun-hye do cargo, até a Revolução das Luzes ou *Bit-eh Hyuk-myung* (2024-2025), que buscou defender a democracia sul-coreana contra a lei marcial imposta pelo presidente Yoon Suk-yeol em dezembro de 2024. Apesar das repetidas mobilizações da classe trabalhadora e da sociedade civil contra a desigualdade e dos apelos por uma maior independência na política externa, a subordinação da Coreia do Sul aos Estados Unidos tem impedido essa transformação. Além disso, a dependência econômica e militar da Coreia do Sul em relação aos EUA significa que o país é obrigado a adotar medidas profundamente impopulares, como o envio de tropas coreanas ao Iraque ou a instalação do sistema antimísseis balísticos, o Terminal High Altitude Area Defense (THAAD). Desde a sua fundação, a Coreia do Sul tem alinhado sua política externa à dos Estados Unidos. Uma das consequências disso é que o fracasso da Cúpula de Hanói entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, em 2019, levou a um congelamento nas relações intercoreanas (Song, 2024). Enquanto isso, o estreitamento das relações entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e a Rússia ampliou a margem de manobra de Pyongyang.

Em junho de 2025, Lee Jae-myung foi eleito presidente após ter contribuído para impedir que o presidente Yoon impusesse a lei marcial alguns meses antes. Apesar de ser advogado especializado

em direitos humanos e direito do trabalho, o presidente Lee continuou estreitando os laços entre o complexo militar-industrial da Coreia do Sul e os Estados Unidos. Embora Lee tenha tentado recuperar o controle operacional das Forças Armadas da Coreia do Sul em tempo de guerra, suas concessões econômicas ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, integraram ainda mais a Coreia do Sul à máquina de guerra estadunidense. Lee não só concordou com os apelos dos EUA para que os aliados destinem 3,5% do PIB à defesa, como também estabeleceu que a Coreia do Sul também investirá 350 bilhões de dólares nos próximos dez anos para aumentar a produção de semicondutores nos EUA (cujo uso duplo permite a expansão da IA militar) e ampliar a construção naval estadunidense, ajudando a aliviar os gargalos crônicos na base industrial marítima dos EUA — um impulso refletido no *slogan* coreano bajulador MASGA: Make American Shipbuilding Great Again [Tornemos a construção naval dos EUA grande novamente]. Mais especificamente, a aquisição do Estaleiro da Filadélfia pelo Grupo Hanwha da Coreia do Sul, em 2024, permite que este sirva como uma solução potencial para a demanda reprimida por submarinos de propulsão nuclear na Marinha dos Estados Unidos e contribua para a produção de navios de guerra da corporação. Além disso, a Coreia do Sul acolhe a presença da Força Espacial dos EUA e coopera na criação de uma rede de satélites interoperáveis para o “Golden Dome” de Trump, um sistema de defesa antimíssil (Song, 2024). Todas essas medidas permitiram que a Coreia do Sul se unisse a Israel no seleto grupo de “aliados exemplares” dos Estados Unidos (US Department of war, 2026).

## *Filipinas*

As Filipinas têm enfrentado dificuldades para afirmar sua soberania desde a ocupação pelos Estados Unidos em 1898. O poder político no país tem sido dominado por algumas famílias da elite (por exemplo, o atual presidente, Bongbong Marcos, é filho de Ferdinand Marcos, que governou o país de 1965 a 1986). O país dependia inteiramente dos Estados Unidos para seus planos de segurança até 1991 e, em 1995, lançou o Programa de Modernização das Forças Armadas das Filipinas, que permitiu a expansão da Marinha e da Força Aérea filipinas, principalmente por meio da aquisição de equipamento militar estadunidense. As Forças Armadas das Filipinas se tornaram integradas às dos Estados Unidos por meio de intervenções e exercícios conjuntos.

A estrutura do domínio dos Estados Unidos sobre as Filipinas é mais bem ilustrada pelo Acordo de Cooperação Reforçada em Defesa (EDCA, na sigla em inglês), assinado pela primeira vez em 2014 e posteriormente ampliado em 2022. O EDCA permite que as forças militares dos EUA tenham acesso rotativo às bases militares filipinas, possibilitando o pré-posicionamento de equipamentos, o treinamento conjunto e a construção de infraestrutura militar dos EUA nessas instalações, com supervisão mínima por parte do governo filipino.

Em 2023, no início do governo de Marcos Jr., o número de locais designados no âmbito do EDCA quase dobrou (passando de cinco para nove). A Base Naval Camilo Osias e o Aeroporto de Lal-lo estão localizados no extremo norte das Filipinas, permitindo uma

“resposta rápida” a conflitos no Estreito de Taiwan (Guzman, 2023). Essas duas bases contam com o apoio do Acampamento Melchor F. Dela Cruz, localizado no vale montanhoso de Cagayan, que funciona como base logística. A presença dos EUA nessas instalações ajuda Washington a projetar sua força por meio do Estreito de Luzon, que as Filipinas compartilham geograficamente com Taiwan. O quarto local recém-designado ainda não foi divulgado publicamente, mas sua localização deixa clara sua importância para a projeção de poder dos EUA no Mar da China Meridional. Por meio do EDCA, as forças estadunidenses realizam o Exercício Balikatan, que atingiu uma escala sem precedentes durante o governo de Marcos Jr., com a participação do Japão prevista para 2025. Organizações da sociedade civil e ativistas pela paz continuam debatendo as implicações da estreita aliança do governo de Marcos Jr. com os Estados Unidos. Essa aliança tem se desenvolvido em paralelo a uma repressão cada vez mais intensa contra ativistas e militantes rurais, incluindo o assassinato de dezenove pessoas pelas tropas filipinas em Toboso, Negros Ocidental, em abril de 2026 — um incidente que grupos de direitos humanos têm exigido que seja investigado de forma independente.

## *Taiwan*

Após a derrota do partido nacionalista Kuomintang (KMT) na Revolução Chinesa, este se refugiou na ilha de Taiwan sob a liderança de Jiāng Jièshí (Chiang Kai-shek na antiga transliteração) e ali estabeleceu o seu governo. O KMT governou Taiwan sob a lei marcial por trinta e oito anos, até 1987, e depois continuou a governar

em um sistema eleitoral dominado por um único partido até 2000. Desde então, o Partido Democrático Progressista (PDP) tem estado, em grande parte, no poder, conduzindo a política taiwanesa cada vez mais na direção do separatismo em relação à China continental e de uma integração mais profunda da ilha nos planos estratégicos dos Estados Unidos. O PDP reflete uma coalizão de tecnocratas, elites separatistas e instituições militares, enquanto o KMT conta com o apoio de empresas com interesses no comércio entre os dois lados do Estreito com a China. Ambos, no entanto, atuam dentro de um escopo definido pelas prioridades estratégicas dos Estados Unidos. Desde 2022, os gastos militares de Taiwan e o apoio militar dos EUA têm apresentado um padrão de fortalecimento constante e coordenado, em vez de um rearmamento repentino. O orçamento militar de Taiwan disparou, chegando a aproximadamente 30 bilhões de dólares em 2026. Os gastos militares aumentaram de 2% do PIB na década de 2010 para 3,3% em 2026, com planos de chegar a 5% até 2030. Esse enorme desvio de recursos recai sobre uma sociedade que já enfrenta salários estagnados e aumento do custo de vida.

O orçamento militar financia a compra de armas e enriquece as empresas do setor de defesa dos EUA. As vendas de armamento estadunidense a Taiwan tornaram-se mais frequentes, com pacotes de armas regulares focados em mísseis, defesa aérea e drones. Entre 2019 e 2024, os Estados Unidos aprovaram mais de 32 bilhões de dólares em vendas de armas para a ilha, incluindo caças F-16V (8 bilhões), tanques M1A2 Abrams (2 bilhões), sistemas de foguetes HIMARS (436 milhões) e mísseis de defesa costeira Harpoon, com novos pacotes de grande porte, no valor de mais de 11 bilhões de dólares, anunciados em 2025 (No Cold War, 2023). Mas a venda

de armas já não é o único limite do envolvimento militar dos EUA. Desde 2024, as Forças Especiais do Exército dos EUA, conhecidas popularmente como Boinas Verdes, estão estacionadas nas ilhas de Kinmen e Penghu, marcando a primeira presença militar duradoura dos EUA em território taiwanês em mais de quarenta anos. A escalada militar é, sem dúvida, impulsionada por Washington, criando as condições para uma crise que se autoalimenta por meio da militarização, ao mesmo tempo que as respostas chinesas são apresentadas como “provocações”.

A fragilidade política desse caminho rumo à militarização merece destaque. Lai Ching-te, do escritório do DPP, assumiu a presidência em 20 de maio de 2024 após obter apenas 40,1% dos votos, enquanto o KMT conquistou 33,5% e o Partido Popular de Taiwan (TPP), 26,5%. É importante destacar que a oposição, formada pelo KMT e pelo TPP, controla o Yuan — o órgão legislativo máximo de Taiwan — pela primeira vez desde 2016. Dos 113 assentos, 52 são ocupados pelo KMT, 8 pelo TPP e 51 pelo DPP. Essa abertura política ficou evidente em abril de 2026, quando a presidenta do KMT, Cheng Li-wun, visitou Beijing e se reuniu com Xi Jinping — a primeira visita desse tipo realizada por uma liderança do partido em uma década —, sinalizando que parte da oposição está tentando retomar o diálogo entre os dois lados do estreito, em vez de seguir o caminho de escalada militar traçado pelo DPP. O legislativo, portanto, não tem respaldado a escalada militar defendida pelo DPP.

Uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Centro de Estudos Eleitorais da Universidade Nacional Chengchi revela que apenas 3,8% da população, o menor índice desde 2002, apoia a

“independência imediata”, enquanto 1,2% defende a unificação imediata. Enquanto isso, de 83% a 88% preferem a manutenção do *status quo*, com um recorde de 33,2% que desejam o “*status quo* indefinidamente” (National Chengchi University Election Study Center, 2025). A postura de confronto do DPP com a China continental, intensificada com a Lei Anti-Infiltração de 2019 – que visava conter a suposta influência política da China em Taiwan – carece agora tanto de mandato legislativo quanto de apoio popular.

Organizações unificacionistas de esquerda, como o Partido Trabalhista de Taiwan, têm argumentado que a base social do separatismo do DPP tem suas raízes nos colaboradores japoneses da era colonial e que a questão de Taiwan é um legado da intervenção dos EUA na Guerra Civil Chinesa. Os EUA não precisam ampliar formalmente sua presença na ilha da mesma forma que fazem no Japão ou nas Filipinas, já que o DPP apoia incondicionalmente a estratégia de contenção estadunidense. Essas tendências indicam uma integração militar cada vez mais estreita entre os EUA e Taiwan, aproximando-se, na prática, de uma quase-aliança, uma vez que um tratado formal provocaria uma reação de Beijing. Desde 2022, tem havido uma militarização contínua de Taiwan, marcada por momentos de total indiferença em relação ao próprio desenvolvimento nacional — os EUA chegaram até a sugerir a destruição das fábricas de semicondutores de Taiwan para proteger os interesses estadunidenses na ilha.<sup>3</sup>

---

3 A sugestão dessa estratégia de “terra arrasada” foi apresentada pela primeira vez por McKinney & Harris, em 2021, e retomada dois anos depois pelo ex-conselheiro de segurança nacional dos EUA, Robert O’Brien. Ver também: Clemons, 2023.



## Além da primeira cadeia de ilhas

A estratégia dos EUA para conter a China vai além da primeira cadeia de ilhas, operando por meio de alianças como o Aukus e o Quad. Esses acordos criam camadas sobrepostas de cooperação militar que restringem a mobilidade da China nas águas vizinhas e em toda a região do Indo-Pacífico. Eles também revelam tensões entre a interdependência econômica com a China e as alianças militares voltadas para o confronto. As contradições resultantes levantam dúvidas quanto à durabilidade dessas formações. Dois atores importantes destacam-se como figuras centrais nessa estrutura mais ampla: a Austrália e a Índia.

### *Austrália*

A Austrália é membro da Five Eyes — uma rede de compartilhamento de informações liderada pelos EUA — e é um dos seis “Parceiros de Oportunidades Alargadas” da Otan. Nesse sentido, o país sempre desempenhou um papel fundamental na estratégia dos Estados Unidos na Ásia. O desenvolvimento mais significativo na aliança entre os EUA e a Austrália é o acordo Aukus, de 2021, que, em seu primeiro pilar, prevê o fornecimento de submarinos de ataque movidos a energia nuclear à Austrália. O programa teve início com o aumento das visitas de submarinos estadunidenses a portos australianos, seguidas por destacamentos rotativos em bases locais, e deverá culminar na aquisição, pela Marinha Real Australiana, de pelo menos oito submarinos de propulsão nuclear a partir da década

de 2030 (sendo que uma parte deles será construída no país por meio de cooperação conjunta na década de 2040). Com um custo total estimado em mais de 264 bilhões de dólares, esses submarinos de propulsão nuclear são estratégicos, pois permitem operações de longo alcance nos oceanos Índico e Pacífico. Embora isso não seja explicitamente declarado, a interoperabilidade e a profunda dependência operacional em relação aos Estados Unidos fariam com que a Austrália se integrasse à posição dos EUA diante da China, inclusive nos esforços para controlar as rotas marítimas e apoiar as operações estadunidenses no Estreito de Taiwan ou no Mar da China Meridional.

Embora a Austrália já tenha pago 500 milhões de dólares a Washington, o governo Trump, que enfrenta seu próprio gargalo no programa de submarinos, está avaliando se fornecerá à Austrália os submarinos prometidos. Um relatório do Congresso chegou a considerar a possibilidade de manter os submarinos sob controle dos EUA e operá-los a partir de bases australianas, dada a relutância da Austrália em prometer intervenção militar em uma eventual guerra entre os EUA e a China, já que esta última é o maior parceiro comercial da Austrália (Doherty, 2026). Isso é revelador das contradições e tensões entre os interesses nacionais e os compromissos de aliança.

## *Índia*

A posição da Índia na estrutura de contenção difere daquela do Japão ou de Taiwan. A Índia não mantém nenhuma aliança formal com os EUA, faz parte do Brics e da Organização para Cooperação

de Xangai (OCX) e herda uma forte tradição de não-alinhamento. No entanto, a trajetória da política externa indiana na última década revela uma tendência de alinhamento com as preferências estratégicas dos EUA, muitas vezes disfarçada pela retórica da autonomia estratégica. A Índia assinou acordos de defesa com os EUA que integram as forças indianas às estruturas de comando, controle e inteligência estadunidenses. A aproximação da Índia com Washington torna-se ainda mais evidente quando analisada no contexto do enfraquecimento de suas relações com o Irã, um tradicional parceiro comercial e aliado. Quando o governo Trump restabeleceu as sanções contra o Irã em 2018 e exigiu a interrupção das compras de petróleo iraniano, a Índia atendeu à exigência, reduzindo as importações de 500 mil barris por dia para quase zero em maio de 2019. O cumprimento das exigências por parte da Índia significou abrir mão do petróleo iraniano mais barato e colocar em risco seus investimentos no porto de Chabahar, no Irã, um projeto de importância estratégica para a Índia, pois garante acesso à Ásia Central sem passar pelo Paquistão (Prashad, 2013; Karat, 2007; Bhadrakumar *et al.*, 2007). Em 12 de março de 2025, entraram em vigor tarifas globais de 25% sobre o aço e o alumínio, elevando as tarifas sobre o aço e o alumínio indianos para 26%. Em 6 de agosto, Trump impôs uma tarifa adicional de 25% sobre os produtos indianos em resposta à compra de petróleo russo a preço reduzido pela Índia, elevando a alíquota acumulada para 50%. A Índia acabou concordando em suspender as compras de petróleo russo, mas não chegou a assinar um acordo comercial decisivo com os EUA após a Suprema Corte anular as tarifas impostas por Trump.

Apesar desses acordos com os EUA, a Índia continua sendo membro do grupo Brics e mantém relações econômicas importantes tanto com a China quanto com a Rússia. O comércio bilateral entre a Índia e a China cresceu 12% em relação ao ano anterior em 2025, atingindo 155,6 bilhões de dólares. A participação indiana na Organização para a Cooperação de Shanghai (OCX) se intensificou, especialmente após a visita do primeiro-ministro indiano Narendra Modi à cúpula de 2025 em Tianjin. Em 2018, a Índia assinou um contrato de 5,4 bilhões de dólares para adquirir o sistema de defesa aérea S-400 da Rússia, apesar das ameaças de sanções por parte dos Estados Unidos. O comércio entre a Índia e a Rússia cresceu significativamente nos últimos anos, impulsionado principalmente pelas compras de petróleo bruto russo a preços reduzidos, que passaram de níveis insignificantes antes de 2022 para um pico de dois milhões de barris por dia em 2025, tornando a Rússia o maior fornecedor de petróleo da Índia. O fato de a Índia manter relações comerciais com a Rússia e a China contrasta com sua participação no Quad e nos acordos de parceria com os EUA, revelando uma contradição no cerne do posicionamento da Índia. A Índia ilustra um padrão de coerção gradual por parte dos EUA; mesmo como parceira estratégica, a Índia não está imune à coerção imperial (Srujana, 2025; Instituto Tricontinental, 2026).

## Fragilidade da aliança e contradições econômicas

A estratégia de negação parte do pressuposto de que os EUA podem convencer seus aliados a conter a China — uma suposição que se desmorona quando analisada com mais cuidado. A prosperidade material dos aliados dos EUA depende cada vez mais da integração econômica com a China, mesmo que os alinhamentos militares os comprometam em um possível conflito. Todas as regiões analisadas neste dossiê enfrentam a mesma contradição fundamental: o dilema entre a integração econômica *com* a China e o alinhamento militar *contra* ela. Em 2025, o comércio desses países com a China — 331 bilhões de dólares da Coreia do Sul, 322 bilhões do Japão, 73 bilhões das Filipinas e 207 bilhões da Austrália — superou em muito o comércio com os EUA — 241,2 bilhões de dólares com a Coreia do Sul, 228 bilhões com o Japão, 27 bilhões com as Filipinas e 89,6 bilhões com a Austrália. Até mesmo o comércio da Índia com a China (156 bilhões de dólares) é maior do que o comércio com os EUA (149 bilhões de dólares). Esses fluxos representam riqueza, empregos e receitas públicas que seriam devastados por uma guerra ou por um confronto prolongado com a China. Quando um conflito real se aproxima, esses interesses econômicos podem revelar-se mais decisivos do que compromissos militares abstratos.

Durante a guerra dos EUA contra o Iraque, importantes aliados estadunidenses se recusaram a participar, apesar da enorme pressão exercida pelos EUA e da invocação dos compromissos das alianças. Na Ásia, o Japão e a Coreia do Sul se recusaram a enviar forças de

combate, embora tenham fornecido assistência logística e recursos para a reconstrução. Mais recentemente, nenhum dos aliados dos EUA (incluindo o Japão e a Coreia do Sul) atendeu às exigências de Trump para que enviassem navios para abrir o Estreito de Ormuz. Se os aliados se mostraram pouco confiáveis em uma guerra contra um adversário mais fraco, qual seria a probabilidade de sua participação em uma guerra contra a China, uma potência industrial e nuclear? A Austrália enviaria forças de combate para lutar contra a China, arriscando sofrer retaliações contra cidades australianas e a perder seu maior parceiro comercial? A Coreia do Sul participaria, se uma guerra regional pudesse desencadear uma intervenção da Coreia do Norte? Será que o povo japonês, traumatizado pelos bombardeios nucleares dos EUA, aceitaria baixas em combate? A Índia enviaria tropas, considerando que a situação de Taiwan não tem relevância direta para a segurança indiana e que tal participação colocaria em risco suas relações com a China e a Rússia? As Filipinas entrariam em conflito se isso significasse o risco de uma retaliação chinesa?

As alianças funcionam bem quando os custos permanecem hipotéticos e abstratos: exercícios conjuntos, compartilhamento de informações, aquisição de armamentos e coordenação diplomática. Elas enfrentam provações severas quando uma guerra real exige o sacrifício de vidas, a aceitação da devastação econômica e o risco da própria existência nacional em prol dos interesses de outra potência, especialmente quando essa potência é a agressora. A dependência da estratégia de negação em relação à participação dos aliados pode ser sua falha fatal caso surja um conflito, especialmente quando as alianças se baseiam na subordinação e na coerção, em vez de em interesses comuns genuínos.

## Resistindo à máquina de guerra e construindo o multilateralismo

A Nova Guerra Fria que está surgindo, com foco no Leste Asiático, é uma resposta estratégica dos Estados Unidos à mudança do centro de gravidade da economia mundial. À medida que as capacidades econômicas e tecnológicas da China se expandem, a política dos EUA depende cada vez mais da força militar e das estruturas de alianças para manter sua influência estratégica na região do Indo-Pacífico (Instituto Tricontinental, 2024). Essa estratégia de contenção visa conter a China por meio da militarização, da coordenação de alianças e da modernização da defesa. Washington está construindo uma estrutura militar provocativa na região por meio de uma rede de iniciativas e parcerias.

Em toda a Ásia Oriental e na região do Indo-Pacífico, as implicações da crescente militarização são profundas. O Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas, Taiwan, a Austrália e a Índia possuem infraestrutura militar significativa ou participam de uma cooperação militar que poderia colocá-los no centro de um grande conflito. Para muitas sociedades da região, a perspectiva de uma maior militarização suscita preocupações quanto aos custos de oportunidade, uma vez que os recursos destinados aos gastos com defesa competem com os investimentos em bem-estar social, infraestrutura, resiliência climática e desenvolvimento econômico.

Analistas de política externa e formuladores de políticas progressistas da região propuseram várias reformas com o objetivo de

promover a paz e a redução das tensões. Entre elas estão medidas de fortalecimento da confiança em zonas de atrito, como o Estreito de Taiwan, novas iniciativas de controle de armas e mecanismos multilaterais para a gestão de disputas marítimas no Mar da China Meridional. As organizações regionais, em particular a Asean, são frequentemente citadas como plataformas potenciais para a promoção do diálogo e a gestão de conflitos.

Embora essas propostas sejam bem-vindas, qualquer transformação deve, inevitavelmente, partir do próprio povo organizado da região. Diversos movimentos sociais em toda a região continuam defendendo a diplomacia, a cooperação regional e a desmilitarização. Em Okinawa, organizações como o Projeto de Justiça Ambiental de Okinawa e o movimento “No More Battle of Okinawa” protestam contra a expansão das bases estadunidenses. Nas Filipinas, organizações como a Bagong Alyansang Makabayan (Bayan) se opõem à ampliação dos acordos de acesso militar e reivindicam maior soberania nacional. Na Coreia do Sul, partidos políticos e movimentos sociais, como a Ação Internacional Popular contra Trump, apoiam a retomada do diálogo diplomático para reduzir as tensões na Península Coreana. Debates semelhantes ocorrem em Taiwan, na Austrália, na Índia e em outras regiões que enfrentam o militarismo dos EUA.

A Assembleia Internacional dos Povos (AIP) — uma rede de cerca de 200 movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos fundada em 2015 — tem trabalhado em estreita colaboração com organizações de base locais, promovendo a solidariedade e o consenso em questões fundamentais. Nesta conjuntura crucial, em que a militarização

ameaça a paz e o desenvolvimento na Ásia e, na verdade, em todo o mundo, a AIP lançou a campanha “Hands-Off Asia” [[Tire as mãos da Ásia](#)]. Essa iniciativa gira em torno de quatro reivindicações para amenizar as tensões dessa Nova Guerra Fria na região:

1. **Retirar todas as bases militares estrangeiras e democratizar a segurança.** As centenas de bases militares estrangeiras espalhadas pela região asiática devem ser removidas para que a política regional possa ser democratizada e a paz possa ser mais do que apenas uma preparação para a próxima guerra. Os Estados devem evitar a formação de blocos militares rígidos, limitar as mobilizações avançadas e se comprometer a impedir uma corrida armamentista. A política militar deve prestar contas ao público — deve haver supervisão por parte do Parlamento, dos governos locais e da sociedade civil sobre acordos militares, orçamentos de defesa e o envio de tropas ao exterior.
2. **Aumentar o contato entre as pessoas.** Apoiar a cooperação entre sindicatos, grupos estudantis, organizações pela paz e movimentos sociais em toda a Ásia para se opor à corrida armamentista, às bases estrangeiras e à escalada do confronto. Incentivar o intercâmbio entre os povos, os laços culturais e a diplomacia de base além das fronteiras — especialmente entre sociedades em conflito ou sob tensão elevada — para construir uma cultura regional comum de paz.
3. **Institucionalizar um diálogo contínuo.** Estabelecer canais de comunicação regulares e de alto nível, tanto políticos

quanto entre as Forças Armadas, para gerenciar crises, reduzir erros de avaliação e construir a confiança mútua. Promover mecanismos práticos de fortalecimento da confiança, como linhas diretas e acordos de prevenção de incidentes.

**4. Priorizar a segurança cooperativa e os desafios comuns.**

Mudar o foco da competição de soma zero para a colaboração em questões fundamentais, como as mudanças climáticas, a saúde pública, a estabilidade econômica e o desenvolvimento, reforçando a interdependência como base para a paz. Promover campanhas pela redução dos gastos militares e pela realocação de recursos para a saúde, a ação climática, a educação e a redução da desigualdade, vinculando diretamente a paz à justiça social.

Por trás dessas dificuldades está uma mudança estrutural mais ampla na economia global. O crescimento da China como grande potência industrial remodelou as redes de produção globais e alterou a distribuição da influência econômica. Essas mudanças deram um novo impulso aos movimentos que lutam pela soberania em todo o Sul Global. Ainda não se sabe se essa transição levará a um multilateralismo estável e pacífico ou a uma competição mais acirrada. Muito depende de se a luta de classes poderá avançar de forma a orientar a agenda para a paz e o desenvolvimento, em vez de para a guerra e a austeridade.





## Referências

AOKI, Masahiko. *Hikaku Seido Bunseki ni Mukete*. Tóquio: Toyo Keizai Shinposha, 1995.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. *Asian Economic Integration Report 2025: Harnessing the Benefits of Regional Cooperation and Integration*. Manila: Asian Development Bank, 2025.

BHADRAKUMAR, M. K.; KOSHY, Ninan; PURKAYASTHA, Prabir. *Uncle Sam's Nuclear Cabin*. LeftWord Books, 2007.

CLEMONS, Steve. "The US would destroy Taiwan's chip plants if China invades, says former Trump official". *Semafor*, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.semafor.com/article/03/13/2023/the-us-would-destroy-taiwans-chip-plants-if-china-invades-says-former-trump-official>. Acesso em: 18 maio 2026.

COLBY, Elbridge A. *The Strategy of Denial: American Defense in an Age of Great Power Conflict*. New Haven: Yale University Press, 2021.

COMTRADE. Organização das Nações Unidas. *UN Comtrade Database*. Nova York: ONU, s.d. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 18 maio 2026.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. "U.S. Military Support for Taiwan in Five Charts", 5 out. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/articles/us-military-support-taiwan-five-charts?utm>. Acesso em: 18 maio 2026.

DOHERTY, Ben. 'US Congressional Report Explores Option of Not Delivering Any Aukus Nuclear Submarines to Australia', *The Guardian*, 4 fev. 2026. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2026/feb/05/not-delivering-any-aukus-nuclear-submarines-to-australia-explored-as-option-in-us-congressional-report>. Acesso em: 18 maio 2026.

FERNANDES, Clinton. *Sub-Imperial Power: Australia in the International Arena*. Melbourne: Melbourne University Press, 2022.

FOWLER, Andrew. *Naked: The Submarine Fiasco that Sank Australia's Sovereignty*. Melbourne: Melbourne University Press, 2024.

GLAWE, Linda; WAGNER, Helmut. *The Economic Rise of East Asia. Development Paths of Japan, South Korea, and China*. Cham: Springer, 2021.

GUZMAN, Chad de. “US and Philippines Announce New Sites for Military Cooperation: What to Know”. *Time*, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://time.com/6268379/philippines-us-military-bases-china/>. Acesso em: 18 maio 2026.

HEYDARIAN, Richard Javad. “Philippines becoming a military hub for checking China”. *Asia Times*, 16 nov. 2023.

ILLANPERUMA, Shiran. “Sri Lanka’s New Government, the Indo-Pacific Debt Trap, and the Struggle for the 21st Century”, *Tricontinental Interventions: Análise Conjuntural da Ásia*, n. 4, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/ticaa4-sri-lanka-s-new-government-the-indo-pacific-debt-trap/>. Acesso em: 18 maio 2026.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *A turbulência da economia indiana*, dossiê n. 96, jan. 2026. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-india-deindustrialisation/>. Acesso em: 18 maio 2026.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Hiperimperialismo: um novo estágio decadente*. Dilemas contemporâneos, n. 4, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/studies-on-contemporary-dilemmas-4-hyper-imperialism/>. Acesso em: 18 maio 2026.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. O 80º Aniversário da vitória na Guerra Mundial Antifascista, compreendendo quem salvou a humanidade: Uma história restauracionista, Dilemas Contemporâneos n. 5, 12 nov. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/the-80th-anniversary-of-the-victory-in-the-world-anti-fascist-war/>. Acesso em: 18 maio 2026.

JOHNSON, Chalmers. *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press, 1982.

Karat, Prakash. *Subordinate Ally: The Nuclear Deal and India-US Strategic Relations*. New Delhi: LeftWord Books, 2007.

MCCORMACK, Gavan. *Client State: Japan in the American Embrace*. London: Verso, 2007.

MCCORMACK, Gavan; NORIMATSU, Satoko Oka. *Ilhas Resistentes: Okinawa Confronts Japan and the United States*. London: Bloomsbury, 2018.

MCKINNEY, Jared; HARRIS, Peter. “Broken Nest: Detering China from Invading Taiwan”. *Parameters: The US Army War College Quarterly*, v. 51, n. 4, 2021.

MINGHAO, Zhao; HONGJIA, Yang. “Major Power Competition and New Trends in US Interference with the Taiwan Question”. *Contemporary American Review*, n. 1, 2024.

MITCHELL, Jon. *Why Are We in Okinawa? A History of Violence*. London: Bloomsbury, 2026.

NATIONAL CHENGCHI UNIVERSITY ELECTION STUDY CENTER, ‘Changes in the Taiwanese/Chinese Identity of Taiwanese (1992–2025)’, dez. 2025. Disponível em: <https://esc.nccu.edu.tw/upload/44/doc/6963/Tondu202512.png>. Acesso em: 18 maio 2026.

NO COLD WAR. “*Stop US Interference: Interview with the Labor Party of Taiwan*”, Wim De Ceukelaire entrevista Wu Rong-yuan. Chairperson, Labor Party of Taiwan), 2 jan. 2023. Disponível em: <https://news.nocoldwar.org/stop-us-interference-interview-with-the-labour-party-of-taiwan/>. Acesso em: 18 maio 2026.

NO COLD WAR. *Taiwan Is a Red Line Issue*. Briefing n. 6, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://nocoldwar.org/news/briefing-taiwan-is-a-red-line-issue>. Acesso em: 18 maio 2026.

PRASHAD, Vijay. *India’s Iran Policy: Between US Primacy and Regionalism*. Working paper n. 19, Issam Fares Institute for Public Policy and International Affairs. Beirut: American University of Beirut, nov. 2013.

PRASHAD, Vijay; BELLAMY FOSTER, John; ROSS, John; VENEZIALE, Deborah. *Washington’s New Cold War: A Socialist Perspective*. New York: Monthly Review Press, 2022.

SANDS, Philippe. *The Last Colony: A Tale of Exile, Justice, and Britain’s Colonial Legacy*. London: W&N, 2022.

SINHA, Bappa. *Breaking the Stranglehold: How China is Shattering US Technological Hegemony*, Tricontinental Interventions: Conjunctural Analysis from Asia, n. 10, 27 mar. 2026. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/breaking-the-stranglehold-how-china-is-shattering-us-technological-hegemony/>. Acesso em: 18 maio 2026.

SIPRI — Stockholm International Peace Research Institute, “Unprecedented Rise in Global Military Expenditure as European and Middle East Spending Surges”, 28 abr. 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2025/>

[unprecedented-rise-global-military-expenditure-european-and-middle-east-spending-surges](#). Acesso em: 18 maio 2026.

SONG, Dae-Han, “Power Concedes Nothing Without a Demand: Peace in Korea and Northeast Asia Now!”, *Monthly Review*, v. 76, n. 3, jul.-ago. 2024. Disponível em: <https://monthlyreview.org/articles/power-concedes-nothing-without-a-demand-peace-in-korea-and-northeast-asia-now/>. Acesso em: 18 maio 2026.

SONG, Dae-Han. “US Recruits South Korea to Help Colonise and Militarise Space”, *Peoples Dispatch*, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2024/11/13/us-recruits-south-korea-to-help-colonize-and-militarize-space/>. Acesso em: 18 maio 2026.

SRUJANA, Bodapati. ‘India’s Reckoning with Trump’s Tariffs’, *Tricontinental Asia Newsletter*, 8 ago. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/asia/indias-reckoning-with-trumps-tariffs/>. Acesso em: 18 maio 2026.

TINN, Honghong. *Island Tinkerers: Innovation and Transformation in the Making of Taiwan’s Computing Industry*. Cambridge: MIT Press, 2025.

US DEPARTMENT OF WAR. “Remarks by Under Secretary of War for Policy Elbridge Colby at the Sejong Institute in South Korea (As Delivered)”, Washington, DC: Department of War, 26 jan. 2026. Disponível em: <https://www.war.gov/News/Speeches/Speech/Article/4389207/remarks-by-under-secretary-of-war-for-policy-elbridge-colby-at-the-sejong-insti/>. Acesso em: 18 maio 2026.

WAGNER, Jeffrey; SONG, Dae-Han. “Trilateral missile defense system a step towards Asian NATO”. *Peoples Dispatch*, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2023/11/29/trilateral-missile-defense-system-a-step-towards-asian-nato/>. Acesso em: 18 maio 2026.

WORLD BANK. “Military expenditure (% of GDP) – Korea, Rep”, baseado no SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?locations=KR>. Acesso em: 18 maio 2026.

YAWEN, Cheng. “Building the New ‘Three Rings’: Reconfiguring China’s Foreign Relations in the Face of Decoupling”, *Wenhua Zongheng*, v. 1, n. 1, mar. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wenhua-zongheng-1-building-the-new-three-rings/>. Acesso em: 18 maio 2026.

YIFU, Lin. *Jiedu Zhongguo Jingji* [Desmistificando a Economia Chinesa]. Beijing: Beijing Daxue Chubanshe, 2012.



Atribuição-NãoComercial 4.0  
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social  
*é uma instituição internacional, organizada por  
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual  
para o serviço das aspirações do povo.*

[www.otricontinental.org](http://www.otricontinental.org)

Instituto Tricontinental de Investigación Social  
*es una institución promovida por los movimientos,  
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de  
las aspiraciones del pueblo.*

[www.eltricontinental.org](http://www.eltricontinental.org)

Tricontinental: Institute for Social Research  
*is an international, movement-driven institution  
focused on stimulating intellectual debate that serves  
people's aspirations.*

[www.thetricontinental.org](http://www.thetricontinental.org)